

Título	Investimentos asfixiados
Veículo	Correio Braziliense
Data	24 Janeiro 2013
Autor	Claudio J. D. Sales

Investimentos asfixiados

» CLAUDIO J. D. SALES

Presidente do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)

O retrato da oferta de energia elétrica no início de 2013 caracterizou-se por reservatórios das usinas hidrelétricas com níveis preocupantemente baixos e decrescentes, a despeito do fato de que todas as usinas termelétricas de que dispomos tenham sido acionadas desde outubro passado. Tal fato é agravado quando sabemos que a economia em 2012 cresceu apenas 1%. A situação seria mais grave se a economia, e portanto, a demanda por energia, tivesse crescido conforme as previsões governamentais.

Estamos chegando ao meio do chamado “período úmido”, que se encerra em abril, e tal situação gera consequências de várias naturezas, que, inclusive, afetam o bolso do consumidor. Entre outubro e dezembro, o custo de acionamento termelétrico por se-

gurança energética foi de cerca de R\$ 1,8 bilhão e pode ultrapassar R\$ 4 bilhões até abril de 2013. Pelas regras atuais, tal custo é imediatamente arcado pelas distribuidoras, que somente nas datas de seus reajustes anuais (e, assim mesmo, em 12 parcelas) os repassam aos consumidores. Aliás, essa defasagem de fluxo de caixa para as distribuidoras (desembolsos mensais, com reembolsos anuais) precisa ser alvo de reflexões regulatórias, porque várias distribuidoras têm tido seus caixas abalados em função dos altos volumes de acionamento termelétrico.

Deixando o conjuntural de lado, o momento é ótimo para uma ponderação mais estrutural. A única maneira de tirar o Brasil dessa situação incômoda — na qual o

equilíbrio entre oferta e demanda de energia são ciclicamente abalados — é promover investimentos para a expansão dos elos da cadeia (geração, transmissão e distribuição) com regras previsíveis e sustentáveis. Tais condições não têm sido atendidas pelas políticas públicas que regem o setor: geração, transmissão e distribuição sofrem abalos que só fizeram inibir investimentos.

O papel fundamental do setor elétrico para o cidadão comum e para a economia só fica evidente quando crises se instalam. Quando há equilíbrio folgado entre oferta e demanda predominam os discursos populistas (tarifa baixa a qualquer custo) e “curto-prazistas” (improvisos e remendos hoje, empurrando

soluções estruturais para o futuro).

A batalha para os que pensam o setor com lentes de longo prazo e sem artificialidades é inglória, porque a complexidade do setor — intensivo em capital, com retorno de longo prazo e regido pela lógica de redes altamente integradas — não tem acolhida nas mentes em busca de manchetes explosivas e de discursos eleitorais. Mas talvez um dia as lições sejam aprendidas e os formuladores de políticas públicas passem a impedir os sucessivos golpes contra a atração de investimentos que têm abalado o setor.

Um dos abalos aos investimentos digno de nota é fácil de resgatar porque é muito recente. A Medida Provisória nº 579/2012 (MP 579), convertida na Lei nº 12.783/2013 (que reduziu alguns encargos tarifários e promoveu as regras de renovação das concessões de geração e transmissão de energia), foi um verdadeiro balde de água fria para a atração de investimentos: a destruição massiva de valor de geradoras e transmissoras comprometeu a capacidade de investimentos futuros.

Como algumas estatais tiveram 70% do

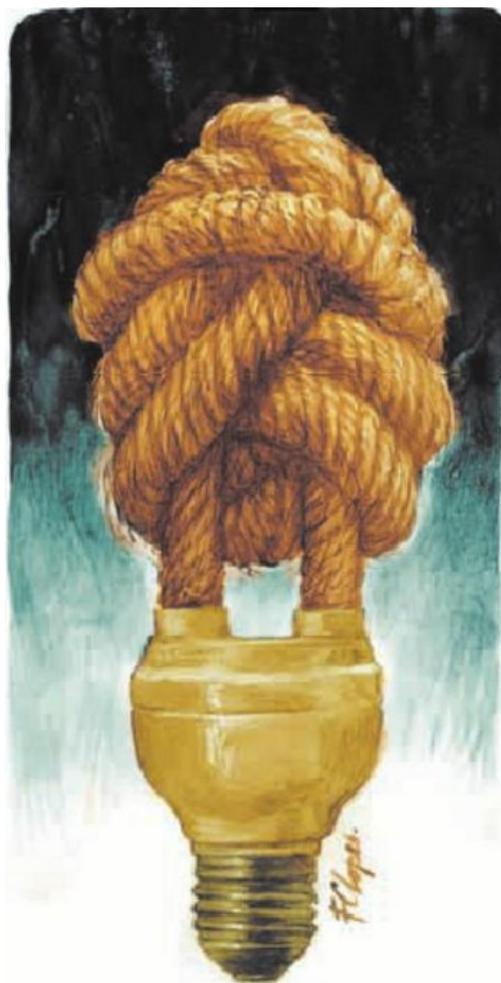
valor acionário corroído e sua geração de caixa foi asfixiada após a edição da MP 579, não se pode ser muito otimista quanto a investimentos a partir de estatais e, portanto, haverá pressão da expansão a partir do capital privado. Mas, do lado privado, a apreensão é grande: se o governo fez o que fez com empresas sob seu controle, o que se pode esperar do futuro?

Outro abalo marcante foi o 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica recém-concluído pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Resumindo uma história de quase dois anos de audiências e consultas públicas que definiram as regras de ajuste de tarifas das 63 distribuidoras que atendem a 98% da população brasileira, as empresas terão uma redução de 25% a 30% da sua capacidade de geração de caixa. O setor de distribuição está abalado, sem caixa, e sem incentivos para investimentos.

Isso quer dizer que a Aneel pre-

cisa olhar para os próximos desafios regulatórios, incluindo a formulação das regras do 4º Ciclo, com muito cuidado. A mentalidade de regular por punição que predomina na agência precisa ser substituída pela lógica de incentivos para investimentos eficientes. O competente corpo técnico da Aneel precisa deixar de lado as pressões de agendas de curto prazo e se impor como instituição de Estado que persegue metas de longo prazo.

Enquanto não tivermos um regulador distante de agendas políticas e populistas e um governo que dê sinais claros e estruturais para a atração de investimentos (tanto por meio das estatais, quase todas com caixas abalados, quanto via empresas privadas, que observam apreensivas), o consumidor e a economia brasileira continuarão reféns de um equilíbrio instável entre oferta e demanda de energia.



O retrato da oferta de energia elétrica no início de 2013 caracterizou-se por reservatórios das usinas hidrelétricas com níveis preocupantemente baixos e decrescentes, a despeito do fato de que todas as usinas termelétricas de que dispomos tenham sido acionadas desde outubro passado. Tal fato é agravado quando sabemos que a economia em 2012 cresceu apenas 1%. A situação seria mais grave se a economia, e portanto, a demanda por energia, tivesse crescido conforme as previsões governamentais.

Estamos chegando ao meio do chamado "período úmido", que se encerra em abril, e tal situação gera consequências de várias naturezas, que, inclusive, afetam o bolso do consumidor. Entre outubro e dezembro, o custo de acionamento termelétrico por segurança energética foi de cerca de R\$ 1,8 bilhão e pode ultrapassar R\$ 4 bilhões até abril de 2013. Pelas regras atuais, tal custo é imediatamente arcado pelas distribuidoras, que somente nas datas de seus reajustes anuais (e, assim mesmo, em 12 parcelas) os repassam aos consumidores. Aliás, essa defasagem de fluxo de caixa para as distribuidoras (desembolsos mensais, com reembolsos anuais) precisa ser alvo de reflexões regulatórias, porque várias distribuidoras têm tido seus caixas abalados em função dos altos volumes de acionamento termelétrico.

Deixando o conjuntural de lado, o momento é ótimo para uma ponderação mais estrutural. A única maneira de tirar o Brasil dessa situação incômoda - na qual o equilíbrio entre oferta e demanda de energia são ciclicamente abalados - é promover investimentos para a expansão dos elos da cadeia (geração, transmissão e distribuição) com regras previsíveis e sustentáveis. Tais condições não têm sido atendidas pelas políticas públicas que regem o setor: geração, transmissão e distribuição sofreram abalos que só fizeram inibir investimentos.

O papel fundamental do setor elétrico para o cidadão comum e para a economia só fica evidente quando crises se instalam. Quando há equilíbrio folgado entre oferta e demanda predominam os discursos populistas (tarifa baixa a qualquer custo) e "curto-prazistas" (improvisos e remendos hoje, empurrando soluções estruturais para o futuro).

A batalha para os que pensam o setor com lentes de longo prazo e sem artificialidades é inglória, porque a complexidade do setor - intensivo em capital, com retorno de longo prazo e regido pela lógica de redes altamente integradas - não tem acolhida nas mentes em busca de manchetes explosivas e de discursos eleitorais. Mas talvez um dia as lições sejam aprendidas e os formuladores de políticas públicas passem a impedir os sucessivos golpes contra a atração de investimentos que têm abalado o setor.

Um dos abalos aos investimentos digno de nota é fácil de resgatar porque é muito recente. A Medida Provisória nº 579/2012 (MP 579), convertida na Lei nº 12.783/2013 (que reduziu alguns encargos tarifários e promoveu as regras de renovação das concessões de geração e transmissão de energia), foi um verdadeiro balde de água fria para a atração de investimentos: a destruição massiva de valor de geradoras e transmissoras comprometeu a capacidade de investimentos futuros.

Como algumas estatais tiveram 70% do valor acionário corroído e sua geração de caixa foi asfixiada após a edição da MP 579, não se pode ser muito otimista quanto a investimentos a partir de estatais e, portanto, haverá pressão da expansão a partir do capital privado. Mas, do lado privado, a apreensão é grande: se o governo fez o que fez com empresas sob seu controle, o que se pode esperar do futuro?

Outro abalo marcante foi o 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica recém-concluído pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Resumindo uma história de quase dois anos de audiências e consultas públicas que definiram as regras de ajuste de tarifas das 63 distribuidoras que atendem a 98% da população brasileira, as empresas terão uma redução de 25% a 30% da sua capacidade de geração de caixa. O setor de distribuição está abalado, sem caixa, e sem incentivos para investimentos.

Isso quer dizer que a Aneel precisa olhar para os próximos desafios regulatórios, incluindo a formulação das regras do 4º Ciclo, com muito cuidado. A mentalidade de regular por punição que predomina na agência precisa ser substituída pela lógica de incentivos para investimentos eficientes. O competente corpo técnico da Aneel precisa deixar de lado as pressões de agendas de curto prazo e se impor como instituição de Estado que persegue metas de longo prazo.

Enquanto não tivermos um regulador distante de agendas políticas e populistas e um governo que dê sinais claros e estruturais para a atração de investimentos (tanto por meio das estatais, quase todas com caixas abalados, quanto via empresas privadas, que observam apreensivas), o consumidor e a economia brasileira continuarão reféns de um equilíbrio instável entre oferta e demanda de energia.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil / Site: www.acendebrasil.com.br